



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Sessão de 25 de agosto de 1993

ACORDÃO Nº 101-85.546

Recurso nº: 104.298-IRPJ-EX DE 1991.

Recorrente: CREAÇÕES DE CALÇADOS TURISTA LTDA.

Recorrida : DRF NO RIO DE JANEIRO -RJ.

IRPJ - FALTA DE ESCLARECIMENTOS - Penalidade - A multa prevista no artigo 652, §1º, do RIR/80 c/c a do artigo 9º do Decreto-lei nº 2.303/86, não se aplica na hipótese de o contribuinte deixar de prestar informações no prazo marcado, se a repartição o intima na condição de sujeito passivo, com vistas a dar início a ação fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CREAÇÕES DE CALÇADOS TURISTA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), em 25 de agosto de 1993.

MARIAM SEIF

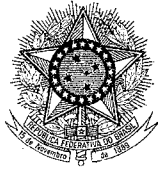
- PRESIDENTE E RELATORA

ANTONIO WALAS VODOPIVES - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTO EM

SESSÃO DE: 29 OUT 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO, CELSO ALVES FEITOSA, RAUL PIMENTEL, RAIMUNDO SOARES DE CARVALHO, SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 13710/000.214/92-86

RECURSO Nº: 104.298

ACORDÃO Nº: 101-85.546

RECORRENTE: CREAÇÕES DE CALÇADOS TURISTA LTDA.

R E L A T Ó R I O

Creações de Calçados Turista Ltda, já identifica da nos autos, inconformada com a decisão proferida pela autoridade singular, que considerou procedente a ação fiscal derivada do Auto de Infração de fls. 01, recorre a este Órgão Colegiado para expor sua indignação.

O Auto de Infração refere-se a multa de R\$ 3.000,00 BTNF's prevista no art. 9 do Decreto lei 2303/86, em conformidade com o art. 21 da lei 8178/91 e agravada em 70% conforme art. 11 da lei 8218/91, por ter deixado de prestar informações solicitadas através da intimação de fls. 3 a 4, referentes aos valores dos seus estoques em 31.12.90.

O autuado apresentou, tempestivamente, a impugnação de fls. 10, alegando em síntese:

- que a impugnante quando da lavratura do Auto nº 1.556 de 15.01.92 já havia cumprido as determinações legais, pois apresentou sua Declaração de Imposto de Renda ano-base 1990, exercício 1991, em 15.05.91 com o estoque solicitado no campo 09 informações gerais 04 estoque final de R\$ 4.182.178,00;

- que esse estoque está devidamente escriturado no Livro de Registro de Inventário da impugnante;

Acórdão nº 101-85.546

- que a impugnante jamais deixou de atender a qual quer solicitação da Receita Federal, pois no seu regime de tributação simplificada (Lucro presumido) formulário III, os tributos são calculados com base no somatório das receitas não havendo por tanto nenhuma influência do seu estoque na base de cálculo dos tributos federais.

E finalmente, requer seja anulado o Auto de Infração.

Na informação fiscal, o autuante opinou pela manutenção da exigência (fls. 16).

A autoridade julgadora manteve, integralmente, a exigência, além disto retificou o seu valor para 3.000 (três mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, e alterou o enquadramento legal citado no Auto de Infração de art. 11 da lei 8218/91 para art. 10, conforme decisão fls. 17 e 18, onde fez as seguintes considerações:

- que a impugnante não forneceu, no prazo marcado, as informações requeridas através da intimação de fls. 3 a 4, nem justificou as razões do não atendimento, embora regulamente notificada a fazê-lo como comprova o Aviso de Recepção de fls. 2;

- que a fixação de prazos em intimação para fornecimento de informações previstas na legislação tributária insere-se na competência discricionária da autoridade fiscal;

- que a ausência de aplicação da penalidade em lide configuraria injustiça com aqueles contribuintes que, igualmente intimados a prestarem as mesmas informações, cumpriram com o seu dever fiscal.

A interessada, tempestivamente, interpôs recurso voluntário, reiterando as alegações apresentadas na impugnação a acrescentando os seguintes argumentos:



- que não houve a infração penalizada pela Fiscalização, uma vez que sendo a infração a transgressão de preexistente dever legal e a norma indicada no Auto de Infração tipifica hipótese não ocorrida no caso sob defesa;

- que a lei 2303/86 estabelece os valores das multas a serem aplicadas as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no artigo 2 da lei 1718/79, que não atendam a exigência de fornecer informações de terceiros aos Órgãos da Receita Federal;

- que o artigo 2 da lei 1718/79 conceitua como auxiliares da fiscalização na prestação de informações, todas as pessoas físicas ou jurídicas que possam, de qualquer forma, esclarecer situações de terceiros, de interesse da fiscalização;

- que, mesmo se tal exigência tivesse sido anteriormente formulada, ainda, assim não caberia penalidade tão onerosa quanto a aplicada ao caso.

Transcreve, também, o art. 112 do Código Tributário Nacional e analisa os referidos incisos, onde alega que tais preceitos não foram atendidos.

Aduz, ainda que o Ministro da Fazenda poderá relativas a infrações de que não tenha resultado falta ou insuficiência no recolhimento do Imposto (art. 4 do Decreto lei nº 1042/69).

Requer, ao final que seja extinto o crédito tributário por lhe faltar suporte legal e contrariar os fatos.

Solicita, ainda, os benefícios da equidade.

É o relatório.



Acórdão nº 101- 85.546

V O T O

Conselheira MARIAM SEIF, Relatora

O recurso é tempestivo e assente em lei. Dele, portanto, conheço.

Como se vê do relato, a contribuinte foi intimada a pagar a multa de valor igual a 3.000 UFIR, por não ter apresentado, no prazo marcado, quadro demonstrativo de seus estoques em 31.12.90, com as especificações contidas em intimação que lhe foi feita, emitida pela Chefia da Fiscalização da DRF a que está jurisdicionada.

A exigência foi capitulada no artigo 9º do Decreto-lei nº 2.303, de 21.11.86 c/c o artigo 652, §1º, do RIR/80, que dispõem:

ART. 652 E §1º DO RIR/80

"Art. 652 - Nenhuma pessoa física ou jurídica, contribuinte ou não poderá eximir-se de fornecer, nos prazos marcados, as informações ou esclarecimentos solicitados pelas repartições da Secretaria da Receita Federal (Decreto-lei nº 5.844/43, art. 23, Lei nº 5.172/66, art. 197 e Decreto-lei nº 1.718/79, art. 2º).

§1º - Se as exigências não forem atendidas, a autoridade fiscal competente cientificará desde logo o infrator da multa que lhe foi imposta, fixando novo prazo para o cumprimento da exigência (Decreto-lei nº 1º)."

ART. 9º DO DECRETO-LEI Nº 2.303/86

"As entidades, pessoas e empresas mencionadas no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.718, de 27 de novembro de 1979, que deixarem de fornecer nos prazos marcados, as informações ou esclarecimentos solicitados pelas repartições da Secretaria da receita federal será aplicada multa de Cz\$10.000,00 (dez mil cruzados) a Cz\$50.000,00 (cinquenta mil cruzados), sem prejuízo de outras sanções que couberem".



Acórdão nº 101-85.546

O artigo 2º do Decreto-lei nº 1.718/79, por seu turno, estabelece:

"Art. 2º - Continuam obrigados a auxiliar a fiscalização dos tributos sob a administração do Ministério da Fazenda, ou, quando solicitados, a prestar informações, os estabelecimentos bancários, inclusive as Caixas Econômicas, os Tabeliães e Oficiais de Registro, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, as Juntas Comerciais ou as Repartições e as autoridades que as substituírem, as Bolsas de Valores e as empresas Corretoras, as Caixas de Assistência, as Associações e Organizações Sindicais, as companhias de seguro e demais entidades, pessoas ou empresas que possam, por qualquer forma, esclarecer situações de interesse para a mesma fiscalização."

Pela simples leitura dos dispositivos supratranscritos, verifica-se, de pronto, a inaplicabilidade da multa prevista no art. 9º do Decreto-lei nº 2.303/86 ao caso em litígio, pois além do intimado não integrar o rol das pessoas elencadas no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.718/79, não foi solicitado a prestar qualquer informação de interesse da fiscalização, nos moldes a que se refere aludido dispositivo. Foi simplesmente intimado, na condição de sujeito passivo, a informar os valores de seus estoques em 31.12.91, ou seja, a contribuinte foi intimada pela fiscalização a apresentar elementos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal tendente a apurar a regularidade do cumprimento de suas obrigações tributárias.

E incontroverso que todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, tem o dever de prestar esclarecimentos e informações à Administração Tributária, quando solicitadas. Contudo, é também indiscutível que o órgão fiscalizador deve distinguir, de forma nítida, o objetivo e a natureza das informações que pretende.

Aliás, a própria legislação fiscal, consolidada no Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 85.450/80 - RIR/80, define, expressa e cristalina, as pessoas, as situações, os prazos e as penalidades pertinentes ao dever de informar, fazendo-o em Títulos e Capítulos próprios, permitindo ao seu intérprete perfeita observância de seus dispositivos.



Acórdão nº 101-85.546

No presente caso, entretanto, não ocorreu tal adequação, eis que, a autoridade fiscal, invocando os artigos 644 e 652 do RIR/80, intimou a contribuinte a prestar as informações que especificou, fixou o prazo de 20 (vinte) dias para o seu atendimento, advertindo-a de que a falta de atendimento do solicitado no prazo marcado implicaria na multa prevista no artigo 9º do Decreto-lei nº 2.303/86.

Observa-se, desde logo, que os dispositivos invocados na intimação são inadequados à espécie, pois, pelo seu conteúdo, vê-se que se trata da intimação prevista no artigo 677 do RIR/80, que integra o Título III, Capítulo I do citado diploma legal, que cuida do Lançamento de Ofício. Aliás, seus próprios termos e os elementos solicitados não deixam dúvida quanto ao efeito dela resultante: marca o início do procedimento fiscal.

Assim, a falta de atendimento da mesma, no prazo marcado implicaria numa única consequência: o lançamento de ofício previsto no artigo 676, inciso II c/c o artigo 678, inciso II, do RIR/80, sujeito às penalidades estabelecidas nos incisos I a III do mesmo diploma legal e, sendo o caso, com o agravamento preceituado em seu §1º.

Entretanto, não foi esse o procedimento adotado pela autoridade fiscal, que, conforme já ressaltado, respaldou a intimação nos artigos 644 e 652 do RIR/80, os quais, não obstante cuidarem do dever das pessoas físicas ou jurídicas prestarem informações, referem-se a diferentes situações, como se depreende dos seus próprios termos, in verbis:

"Art. 644 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, são obrigadas a prestar as informações e os esclarecimentos exigidos pelos fiscais de tributos federais no exercício de suas funções, sendo as declarações tomadas por termo e assinadas pelo declarante."

Nota-se, pois, do texto do citado dispositivo e pela sua própria localização no prefalado RIR/80 - Título II (Controle dos Rendimentos Sujeitos ao Imposto) - Capítulo I (Fiscalização do Imposto) - que as informações neles cogitadas são as exigidas pelos auditores fiscais, no exercício de suas funções externas, ou seja, as informações solicitadas aos



Acórdão nº 101-85.546

contribuintes no curso da fiscalização a que, porventura, estiverem submetidos.

E inquestionável que a intimada não se encontrava nessa situação. Fora apenas intimada a apresentar quadro demonstrativo dos valores de seus estoques em 31.12.90.

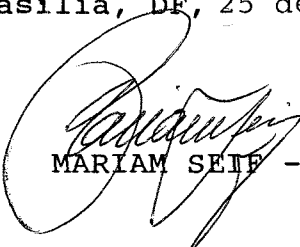
Ressalte-se que, ainda que a recorrente estivesse sob fiscalização, mesmo assim não caberia a multa exigida, mas sim a prevista para a hipótese, qual seja, a estabelecida no artigo 728, §1º, do RIR/80, que trata do agravamento da multa de ofício nos casos de não atendimento de esclarecimentos nos prazos marcados.

A autoridade fiscal, contudo, optou por aplicar a penalidade prevista no artigo 9º do Decreto-lei nº 2.303/86 c/c artigo 652, §1º, do RIR/80, que, a meu ver, não guardam qualquer vinculação com o objeto dos autos.

O que ali se cogita é da penalidade aplicável às fontes pagadoras e demais órgãos auxiliares da administração do imposto, na hipótese de não prestarem, no prazo marcado, informações de interesse da fiscalização, em relação a terceiros, quando solicitados. E, as pessoas, entidades e empresas que a lei atribui tal dever encontram-se enumeradas, de forma exaustiva, no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.718/79, matriz legal do precitado artigo 652 do RIR/80.

Nestas circunstâncias, e tendo em vista que os fatos não se adequam a hipótese de apenação do dispositivo fundamentador da exigência, dou provimento ao recurso, sem prejuízo, de que novo crédito tributário venha a ser constituído pelas autoridades competentes, em estreita observância com a legislação de regência.

Brasília, DF, 25 de agosto de 1993.



MARIAM SEIF - RELATORA